

HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL E OS IMPRESSOS ESTUDANTIS: o jornal *Academvs* e as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1951-1962)

EDUCATIONAL HISTORIOGRAPHY AND STUDENT PRINTED ARTICLES: the *Academvs* newspaper and the representations of students about Faculdade de Direito de Sergipe and its academic culture (1951-1962)

Marcia Terezinha Jerônimo
Oliveira Cruz *

RESUMO

O presente artigo trata dos impressos produzidos no âmbito de instituições de ensino, especificamente, impressos acadêmicos estudantis, característica do jornal *Academvs*, informativo produzido pelo Centro Acadêmico Sílvio Romero, da Faculdade de Direito de Sergipe, entre os anos de 1951 e 1962. O estudo discute a produção e circulação do referido jornal, caracterizando sua estrutura, composição, processo editorial, temas e táticas para sobrevivência, evidenciando, alguns aspectos concernentes à cultura acadêmica da Faculdade de Direito, a partir das representações dos editores e colaboradores do referido jornal. O trabalho tem como sustentáculo os pressupostos da Nova História Cultural, tendo se utilizado de fontes impressas, orais e iconográficas, cujos elementos foram obtidos em acervo de instituições públicas e particulares do estado de Sergipe.

Palavras-chave: História da Educação; Imprensa; Faculdade de Direito de Sergipe.

ABSTRACT

The following article deals about printed articles produced on the sphere of teaching institutions, specifically, student academic printed articles, a characteristic of the *Jornal Academvs*, an informative produced by Centro Acadêmico Sílvio Romero, from Faculdade de Direito de Sergipe between the years 1952 to 1962. This study discuss the production and circulation of this newspaper, characterizing its structure, showing some aspects concerning to the academic culture of the Law School, from the representations of the editors and contributors of the newspaper. The work is underpinning assumptions of the New Cultural History, have made use of printed, oral and iconographic sources, whose elements were obtained in collection of public and private institutions of the state of Sergipe.

Keywords: History of Education; Printed Articles; Faculdade de Direito de Sergipe.

* Doutoranda do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho – UGF. E-mail: marcia-terezinha@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Após três tentativas infrutíferas, uma no século XIX¹ e duas no primeiro quartel do século XX², a Faculdade de Direito de Sergipe³ foi fundada em 28 de fevereiro de 1950, por um grupo de intelectuais, reunido no Conselho Penitenciário, em Aracaju, sob o comando do jurista Antonio Manoel Carvalho Neto⁴.

O período em que se estabelece sua criação é, segundo Dantas⁵, desenvolvimentista do ponto de vista econômico e, de redemocratização, do ponto de vista político. No que diz respeito à infra-estrutura, situou-se no período em que o então Governador José Rollemberg Leite priorizou a construção de estradas de rodagem, a interiorização da escola primária, além da implantação do ensino superior por ele iniciada

¹ A primeira tentativa de instituição do ensino jurídico teve lugar em 1898, com a criação da Academia Livre de Direito, por ato do então Presidente da Província em Exercício, o Deputado Daniel Campos. Cf. LEITE, Gonçalo Rollemberg. O direito em Sergipe. Revista da Faculdade de Direito de Sergipe. Ano I, nº 01. Aracaju-Sergipe: L. Regina, 1953. p. 09.

² O início do século XX, mais precisamente, o ano de 1907, trouxe uma segunda tentativa de criação de uma Faculdade de Direito para Sergipe, quando o então Presidente do Estado, Desembargador Guilherme de Souza Campos, irmão do padre e ex-presidente do Estado Olímpio Campos, por intermédio da Lei nº 535 de 20 de novembro, foi autorizado pela Assembleia Legislativa a conceder financiamento no valor de 20:000\$000 para a instituição que viesse a fundar uma Faculdade de Direito. Não apareceram, entretanto, candidatos dispostos. Cf. NUNES, Maria Thetis. História da educação em Sergipe. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1984. A outra tentativa, no Governo Graccho Cardoso, resultou na inauguração da Faculdade Tobias Barreto, empreendimento cercado de muitas controvérsias diante do momento político instável em que se situou e que efetivamente não funcionou. Cf. OLIVEIRA, Márcia Terezinha Jerônimo. Ensino jurídico: gênese e metamorfose da Faculdade de Direito de Sergipe (1950-1970). São Cristóvão: UFS, 2008. Monografia de Especialização em Docência do Ensino Superior. p. 21-23.

³ A Faculdade de Direito de Sergipe e sua história, a partir da perspectiva da cultura acadêmica, é o objeto de estudo da pesquisa que desenvolvo junto ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof^a Dr^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas.

⁴ Antonio Manuel Carvalho Neto nasceu em Simão Dias/Sergipe, em 14/02/1889, concluiu o ensino superior no Rio de Janeiro, na Faculdade Livre de Direito. Foi magistrado, político, jurista e advogado, tendo publicado diversas obras e fundado ou colaborado na fundação de diversas instituições, a exemplo da Academia Sergipana de Letras, do Instituto Sergipano de Advogados, etc., além de ter exercido diversos cargos no executivo estadual, como no caso do Conselho Penitenciário e, no âmbito da educação, a exemplo de Diretor da Escola Normal e Diretor da Instrução Pública. Para que se possa apreender a importância exercida por Carvalho Neto junto à sociedade política de Sergipe, cf. LIMA, Maria do Socorro. República, Política e Direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921). São Cristóvão: UFS, 2009. Dissertação de Mestrado em Educação.

⁵ DANTAS, José Ibarê. História de Sergipe: República (1889 – 2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 122.

no fim da década de 1940, com a fundação do Instituto de Química e depois da Faculdade de Ciências Econômicas.

Apesar de haver sido uma instituição pioneira na formação jurídica por aproximadamente 20 anos, até sua incorporação pela Universidade Federal de Sergipe, no final da década de 1960, poucos têm sido os estudos dedicados ao desvelar da História da Faculdade de Direito de Sergipe, mormente no que diz respeito a aspectos educacionais como o ensino e seus métodos, a rede de sociabilidade⁶ mantida por seus docentes e acadêmicos e dos impressos produzidos naquela faculdade.

A fim de compreender as representações estudantis acerca de diversos aspectos relacionados à Faculdade de Direito de Sergipe, a partir de relações mantidas e práticas vivenciadas em seu interior, tomou-se por base o conceito de ‘representação’ explicitado por Chartier como “o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais”⁷, chave teórica que possibilita a realização do presente estudo ao lançar sua lente sobre o jornal *Academvs*, produzido pelos integrantes do Centro Acadêmico Sílvia Romero.

Pretende-se, desse modo, a partir de exemplares do referido jornal, das imagens nele veiculadas e de depoimento oral, explicitar algumas representações construídas no interior da Faculdade de Direito no período de 1951 a 1962, objetivando problematizar questões relativas à cultura acadêmica⁸ daquela instituição.

⁶ O termo aqui utilizado é o adotado por SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) Por uma história política. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269, indicando os laços de amizade e de fidelidade mantidos por um grupo no campo intelectual, neste trabalho relacionado ao microcosmo acadêmico. No campo o grupo interage com forças antagônicas, exerce sua influência, poder, sofre com tensões, enfim, sobrevive.

⁷ CHARTIER, Roger. A beira da falésia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 16.

⁸ O conceito de cultura acadêmica e sua utilização como categoria de análise encontra-se em processo de construção. A concepção desenvolvida até o momento a compreende como “um tipo particular de cultura, por meio da qual, são estabelecidas práticas de formação, ritos e símbolos próprios das Instituições de ensino superior”, que não se confunde com o conceito de cultura escolar – própria para as instituições primárias de ensino – mas que guarda com esta, alguns elementos em comum. Cf. OLIVEIRA, Marcia Terezinha Jerônimo. Texto do Seminário de Pesquisa do Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão: UFS, 2011.

IMPRESSOS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

Falar da história da Faculdade de Direito de Sergipe e sua relação com a historiografia sergipana tem como pressuposto considerar que os estudos de natureza histórica possibilitam a recuperação da memória humana e que a História, a partir de sua constituição como um campo das Ciências Humanas e Sociais tem sofrido significativas alterações, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista metodológico, modificando sua maneira de perceber as relações em dado momento de uma sociedade, instituição, relação.

Segundo Le Goff⁹, a memória é a “propriedade de conservar certas informações” e, os silêncios da História, são reveladores de mecanismos de manipulação da memória¹⁰. A apreensão das práticas históricas, inclusive, o esquecimento e a ausência de estudos, chamam a atenção para a necessidade de sua desmistificação sob o risco de perdas irreparáveis da memória histórica.

Nesse sentido, o início do século XX foi prodigioso em rupturas, que decorreram do abandono da visão totalizante cujas análises se baseavam estritamente em aspectos econômicos, quantitativos e estruturais. A quebra do paradigma até então vigente e a busca em ciências como a Antropologia, a Sociologia, a Etnologia, etc, para a compreensão do homem e de suas ações e práticas sociais tem suas raízes na Escola dos *Annales*.

A Escola de *Annales*, lastreada em seu primeiro momento nas ideias de Lucien Febvre e Marc Bloch, inseriu novas tendências historiográficas, no âmbito teórico e metodológico, sendo que nos últimos 40 anos, conforme lecionado por Burke¹¹, Chartier¹², Le Goff¹³, passou

⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 539.

¹¹ BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

¹² CHARTIER, R. *Op. Cit.* 2002 e CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

¹³ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

cada vez mais a valorizar, o que Lopes e Galvão¹⁴ denominam de os sujeitos “esquecidos” da História, assim como incluir enquanto objetos de estudo os sentimentos, emoções e mentalidades. Esse caldo cultural tem ampliado os horizontes da História da Educação onde agora:

[...] temas como a cultura e o cotidiano escolares, a organização e o funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento escolar, o currículo, as disciplinas, os agentes educacionais (professores, professoras, alunos e alunas), a imprensa pedagógica, os livros didáticos, etc, tem sido crescentemente estudados e valorizados¹⁵.

Segundo Luca¹⁶ “[...] a face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, [...]”¹⁷.

No Brasil essa tendência tem sido seguida, dentre outros, por pesquisadoras como Mary del Priore, que vem dando tratamento a diversas facetas da vida privada – religião, mulheres, amor – e, Laura de Mello e Souza que tem apresentado novas abordagens para temas que pareciam esgotados, como no caso da administração colonial portuguesa. Em todos esses trabalhos há a utilização da História Cultural para problematização de relações complexas.

Nesse sentido, afirmam Lopes e Galvão¹⁸ que as pesquisas mais recentes relacionadas à História da Educação já relativizam a ideia de um contexto único onde deva se situar o objeto pesquisado e com a expressão abaixo sintetiza sua ideia.

¹⁴ LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

¹⁵ LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. O. Op. Cit. p. 40.

¹⁶ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org), Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

¹⁷ LUCA, T. R. Op. Cit. p. 113.

¹⁸ LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. O. Op. Cit.

O que se coloca com mais frequência é o estabelecimento de relações e de associações sempre que possível. Quanto mais o pesquisador for capaz de associar informações que aparecem (e aparecem porque ele faz perguntas) nas diversas fontes com que trabalha com estudos já realizados sobre o tema, com teorias que estudou, com outros documentos que não faziam parte do corpus documental original, mais condições tem ele de autenticar, com rigor, o conhecimento que construiu e aproximar-se da verdade – sempre incompleta – que busca¹⁹.

A perspectiva dos impressos, relacionados à educação e à capacidade de entendimento do cotidiano das instituições de ensino são asseverados por Nóvoa²⁰ ao lecionar que,

A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias que se situam no nível *macro* do sistema, mas, também no plano *micro* da experiência concreta que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo em que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação, mas também para a criação de uma cultura pedagógica.²¹

Acerca deste entendimento, Magaldi e Xavier²² assim se posicionam,

Práticas educativas, saberes educacionais e culturas escolares. Estes são alguns eixos temáticos valorizados no campo da história da educação, cujos estudos têm sido alimentados, em sua base documental, por impressos educacionais. Livros escolares, revistas

¹⁹ LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. O. Op. Cit. p. 40.

²⁰ NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório Português. In: CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

²¹ NÓVOA, A. Op. Cit. p.11.

²² MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. XAVIER, Libânia Nacif. Impressos e História da Educação: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

pedagógicas destinadas a professores, publicações institucionais [...] Mas pretendemos, por outro lado, afirmar uma relação ampliada entre impressos e educação, sinalizando outras possibilidades de utilização de publicações não estritamente marcadas por um viés educativo, [...] Nesse quadro são valorizados, para além das ações situadas no âmbito da transmissão de conhecimentos formais, dispositivos diversos voltados para a conformação de hábitos, valores e comportamentos. [...] ²³

A partir dos dois excertos citados, pode-se concluir que impressos e imprensa passaram a ser vistos não só como fonte, mas, também como objeto de estudo. Os primeiros são integrados por toda a sorte de produções publicadas no âmbito escolar, variando de cadernetas de frequência, livros didáticos, normas e regulamentos. A segunda contém em seu bojo as impressões momentâneas de determinado contexto.

Em se tratando dos trabalhos relacionados à imprensa e, mais particularmente à imprensa estudantil, produzidos por pesquisadores sergipanos, ressaltam-se o de Guaraná²⁴, que elaborou um catálogo dos periódicos publicados em Sergipe, do período do surgimento da imprensa até 1908, o estudo de Araújo²⁵ que fez um inventário da imprensa sergipana no período de 1830 a 1910, além dos produzidos por Nascimento²⁶ e Souza²⁷.

Especificamente no Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NP-GED), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), destaca-se o pioneiro

²³ MAGALDI, A. M. B. M.; XAVIER, L. N. Op. Cit., p. 9.

²⁴ GUARANÁ, Armindo. "Jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo especial, vol 1, parte 2, 1908. p.776-813.

²⁵ ARAÚJO, Acrísio Torres. Imprensa em Sergipe. Brasília, 1993.

²⁶ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas. Revista Horizontes. Bragança Paulista: EDUSF, vol.19, jan./dez. 2001. p. 11-27. O referido autor, em parceria com o Prof. Itamar Freitas, da Universidade Federal de Sergipe, organizou o Projeto "Catálogo das Revistas Sergipanas", procurando fazer um levantamento sobre a circulação das revistas e assim escrever o histórico deste impresso no Estado, no período de 1890 a 2002.

²⁷ SOUZA, Cristiane Vitorio. "Os impressos sobre a Educação em Sergipe (1889-1930)". In: Cadernos UFS – História da Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, vol. 5, 2003. p. 35-49.

trabalho defendido por Santos²⁸ que tratou do papel do jornal *A Defesa*, na formação católica da juventude na década de 1960 e o de Vidal²⁹ que analisou o jornal estudantil *Necydalus*, produzido no âmbito do Colégio Atheneu Sergipense, no início do século XX.

Outros trabalhos produzidos relativamente a impressos educativos e com propostas educacionais são respectivamente: *Revista Cidade Nova e as propostas de educação e Imprensa e Educação - A Difusão das Práticas Escolares no Jornal Gazeta Socialista (1948-1958)*, cujas pesquisas foram realizadas respectivamente por Dantas³⁰ e Santos³¹. O trabalho que mais se aproxima do presente estudo, por se inserir nas práticas dos discentes de uma instituição de ensino, ainda que secundário, é o de Vidal (2010).

Por fim, no que concerne ao cotidiano estudantil e, ainda no âmbito da UFS e do NPGED, faz-se necessário registrar a pesquisa realizada por Ramos³², que investigou a Juventude Universitária Católica em Sergipe entre as décadas de 1950 e 1960. Já na esfera da Universidade Tiradentes (UNIT), dá-se destaque às pesquisas de Cruz³³ que vem estudando o movimento estudantil na década de 1960, em Sergipe, trazendo no bojo dos estudos, a atuação de diversos centros acadêmicos das recém-criadas instituições de ensino superior de Sergipe e dos jornais que lhes serviam de porta-voz.

O levantamento da produção acadêmica ora realizado – que não

²⁸ SANTOS, Ana Luzia. *Educação na Imprensa Católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969)*. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2006 (Dissertação de Mestrado).

²⁹ VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. *O Necydalus: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911)*. São Cristóvão: UFS, 2010. (Dissertação de Mestrado em Educação).

³⁰ DANTAS, Maria José. *Revista Cidade Nova e as propostas de educação*. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe - NPGED, 2008. (Dissertação de Mestrado em Educação).

³¹ SANTOS, Geane Corrêa dos. *Imprensa e Educação: A Difusão das Práticas Escolares no Jornal Gazeta Socialista (1948-1958)*. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2009 (Dissertação de Mestrado).

³² RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento Estudantil: A JUC em Sergipe (1958-1964)*. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2000 (Dissertação de Mestrado em Educação).

³³ José Vieira da Cruz tem apresentado diversos trabalhos tratando da temática 'movimento estudantil', objeto do Doutorado que realiza junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Cf. Cruz, José Vieira. Por uma História Social dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 40. Aracaju-SE: IGHSE, 2010 (Dossiê Sergipe nos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil).

é de caráter exaustivo, vez que no âmbito da UFS e da UNIT, há na produção dos acadêmicos do Curso de História, trabalhos de conclusão de curso versando acerca de outros impressos produzidos em Sergipe – revela a importância do estudo do jornal *Academvs*, mormente, por consubstanciar elementos que contribuem na compreensão da instituição do ensino superior em Sergipe, em especial, no âmbito jurídico.

Os impressos acadêmicos de natureza estudantil podem ser, assim, uma excelente fonte para o estudo da cultura acadêmica construída e vivenciada no âmbito da Faculdade de Direito de Sergipe. Em suas páginas há grande riqueza de detalhes do cotidiano daquela instituição de ensino superior. Há de se atentar, ainda, na análise desses impressos, para os silenciamentos existentes, temas recorrentes, ambos indicativos das relações de poder estabelecidas.

ACADEMVS: UM ARAUTO DA CULTURA DA FACULDADE DE DIREITO

O primeiro número do impresso estudantil *Academvs* circulou em setembro de 1951. Na capa, seus fundadores, integrantes do Centro Acadêmico Silvío Romero, expressaram as razões da existência do informativo: “Têm agora os acadêmicos de Direito de Sergipe o seu órgão de imprensa, o veículo por onde poderão expender suas ideias, seus conceitos e suas opiniões.”³⁴

Já na página 7, o acadêmico José de Oliveira Santos explicitou o processo de escolha do nome por ele sugerido e as razões do acatamento pelos demais colegas do Centro Acadêmico. *Academvs* fora o nome da vila onde Platão, autor de *A República* e de *Leis*, iniciou e deu seguimento por mais de 20 anos, à sua escola, estando o nome, assim, ligado à produção do conhecimento e às discussões ocorridas em uma academia, o que justificaria a escolha realizada. O acadêmico ainda ressaltou “Como homenagem justa ao Ginásio *Academvs* de Platão, foi sugerido por mim e aprovado pelos colegas, este nome para nosso

³⁴ ACADEMVS. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Silvío Romero”, Ano I, nº 1, setembro de 1951, capa. Acervo da Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

jornal que será intérprete dos acadêmicos de direito da terra de Tobias Barreto”.³⁵

O jornal *Academvs* se manteve em atividade até 1962, quando foi substituído, segundo depoimento de Mangueira³⁶, pelos informativos *Jornalex* e *A Verdade*³⁷, que deixaram de ser publicados no final da década de 1960, em decorrência do Golpe Militar. Os vestígios do informativo *Academvs* e da cultura acadêmica por ele veiculada estão consignados em exemplares que integram a hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória³⁸ e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe³⁹.

O estudo e a análise desses exemplares constituem possibilidade privilegiada de conhecer as representações estudantis ao longo do transcurso de aproximadamente dez anos de atividade do Centro Acadêmico Sílvio Romero e, mais que isso, podem atuar como um modo de compreender o processo de consolidação do campo acadêmico⁴⁰ jurídico em Sergipe⁴¹.

Ao longo dos seus 10 anos de existência, o jornal manteve as mesmas dimensões, porém alterou a estrutura, tornou o discurso mais ácido

³⁵ ACADEMVS, 1951. Op. Cit.

³⁶ MANGUEIRA, Wellington Marques. Entrevista concedida a Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira em 10 de fevereiro de 2011. Aracaju-Sergipe.

³⁷ Apenas 1 exemplar do jornal *A Verdade* foi localizado na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, datado de 1968, onde é possível verificar se tratar do seu segundo ano de circulação e aquele o exemplar nº 12. Até o momento não foi encontrado qualquer exemplar do *Jornalex*.

³⁸ Os exemplares do jornal *Academvs*, integrantes da Pacotilha 54 da hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória, foram retirados de circulação em outubro de 2008, em face da precária condição dos exemplares. A coleta das informações deste estudo, relativamente a esses exemplares, foi realizada antes da retirada destes da consulta física, oportunidade em que todos os exemplares foram digitalizados.

³⁹ Alguns exemplares do jornal *Academvs* constantes do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe encontram-se em melhor estado de conservação do que os da Biblioteca Pública. Ainda assim, vários deles encontram-se em estágio de decomposição. Recentemente todos os jornais existentes foram digitalizados pela instituição.

⁴⁰ A compreensão de ‘campo’ tem como referência o conceito de Pierre Bourdieu, que o vê como recortes ou parcelas flexíveis produzidas no espaço social, decorrentes da divisão social do trabalho, locus onde ocorrem disputas de posição entre os agentes, objetivando o aumento de determinado capital simbólico. Cf. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção – Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2003 e ORTIZ, Renato (org). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho D’água, 2003, que trata especificamente do campo científico.

⁴¹ Foram encontrados sob a guarda do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe os exemplares de nº. 1 a 21 do jornal *Academvs*. Os números 22 e 23 encontram-se apenas na Hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphâneo Dória. Nas instituições pesquisadas, constatou-se a ausência do exemplar de número 12 do jornal *Academvs*.

seguindo a tendência estudantil nacional e local e mudou seu frontispício, especificamente, a logomarca, que simbolizava o ideário de seus editores e, consequentemente, dos acadêmicos de Direito sergipanos.

Até 1955 o jornal manteve sua capa original, no qual dava destaque ao nome da academia idealizada por Platão, enquanto centro de conhecimento. Ao fundo do nome, em segundo plano, a balança e a espada, símbolos da justiça. No conteúdo do jornal há ênfase à organização estudantil, seus ritos, festejos, momentos sociais, interação com a Congregação da faculdade, com representantes do Poder Executivo e Legislativo estadual, assim como, com membros de outras entidades organizativas.

No terceiro ano de circulação já é possível notar um processo de mutação no discurso dos acadêmicos, com uma maior aproximação de fatos políticos. A mudança de linha estava relacionada não apenas às eleições para o Centro Acadêmico que determinavam uma mudança dos editores do jornal, mas, também, com o próprio cenário social.

A partir de 1955 há mudança no desenho do frontispício dando lugar a um novo *Academvs*, cujos ideais expressos na logomarca deixam de ser os da Grécia e passam a encarnar o pensamento iluminista. As luzes passam a representar o informativo. A imagem contém, em segundo plano, o desenho de um livro que representa a lei codificada. À frente dele, centralizados, surgem uma espada e uma balança. No primeiro plano a figura de um o candeieiro que irradia luz – possivelmente cultura jurídica – sobre os estudantes e, quiçá, sobre a sociedade.

Os textos publicados no informativo nesse período evidenciam, dentre outros, a necessidade de união dos acadêmicos em Direito, a necessidade de expansão do ensino superior e a importância do voto na vida cívica, além da discussão sobre o papel da mulher, conforme se pode ver na distribuição de conteúdos, expressa na transcrição das partes e seções do informativo de nº 14, de 1955.

Nas edições dos anos 1958 e 1959 a nova perspectiva está representada pela discussão de assuntos que não mais dizem respeito umbilicalmente à faculdade. Já nos exemplares relativos ao ano de 1961 e 1962, os temas em destaque dizem respeito ao ensino jurídico, à didática

utilizada na Faculdade de Direito e ao próprio papel desempenhado pelo Centro Acadêmico Sílvio Romero.

Abaixo é possível visualizar dois diferentes momentos da concepção e circulação do jornal *Academvvs*: o exemplar nº 1 trás na capa a motivação para a criação do impresso. Na edição de nº 21, novembro de 1960, os redatores comemoram uma década de cultura da Faculdade de Direito de Sergipe, numa clara demonstração de que nas representações dos acadêmicos de Direito, a faculdade era um centro irradiador de cultura jurídica. Outro ponto importante da imagem apresentada é a diferente caracterização do frontispício.

Comparativo entre edições do jornal *Academvvs*



Imagem 1 – Da esquerda para a direita - Capa do exemplar nº 1 (1951) e capa do exemplar nº 21 (1960) do jornal *Academvvs*, nº 13 (1955), do jornal *Academvvs*
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A MATERIALIDADE DE UM IMPRESSO...

Durante todo o período de circulação, o jornal *Academus* assumiu o formato 32,5 x 24 cm, sendo impresso em papel jornal 75g, em tinta preta, à exceção das edições superiores a 1955, que passaram a consignar uma segunda cor destinada a destacar a logomarca. O uso de duas cores se resumiu, entretanto, à capa da frente.

Quanto ao número de páginas, pode-se dizer que estas variaram entre 08 e 22, sendo que a quantidade máxima foi apenas atingida no exemplar de 1958, quando foram tratados temas polêmicos como o nacionalismo, a inseminação artificial frente ao Direito e à moral, o divórcio e, até mesmo, o Direito Internacional Soviético.

Já a utilização de imagens foi mais enfática nos primeiros anos, momento de efervescência da implantação do ensino jurídico e do ensino superior em Sergipe, assim como, da criação de diversas agremiações formadas por alunos da Faculdade de Direito e outras faculdades recém-criadas.

A direção do jornal estava atrelada ao Centro Acadêmico Sílvio Romero e às diretorias eleitas pela comunidade acadêmica. Uma análise dos exemplares atualmente disponíveis dá conta que foram cerca de 20 diferentes editorias que se sucederam, ainda que alguns nomes fossem recorrentes, chamando atenção o processo de especialização editorial ocorrido.

Os primeiros editores do periódico foram José Carlos de Sousa, Luiz Bispo, Lauro F. Nascimento e Ernani Queiroz. A partir do exemplar nº 4 surgem explicitamente os cargos de diretor, secretário e redator-chefe. Em 1953 aparecem as editorias específicas para música, teatro e esportes. A partir de 1956 há o registro de colaborações de ex-alunos, vez que a 1ª turma de bacharéis havia se formado em dezembro de 1955. Chama a atenção o fato de nos anos de 1959 e 1960, o jornal não possuir expediente indicando o nome de seus editores, possivelmente um prenúncio da tensão política que levará à crise de 1964.

O jornal não possuía uma estrutura fixa, tanto no que diz respeito às seções ou colunas, como quanto à localização destas dentro do im-

presso, muito embora alguns temas fossem recorrentes. Por não ser um jornal comercial, ao que tudo indica, sua formatação seguia o sabor da necessidade discente do momento.

Na imagem a seguir, registro de uma das diversas atividades acadêmicas contidas em exemplares do jornal *Academvs*, próprios dos anos iniciais de circulação do impresso.

Trote dos calouros de 1953



Imagem 2 – Estudantes fantasiados reunidos em frente à Faculdade de Direito, em Aracaju-SE.
Fonte: jornal *Academvs* nº 06, 1953, p. 05. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

TÁTICAS PARA A SUBSISTÊNCIA E A CIRCULAÇÃO DE UM IMPRESSO

Como já informa o exemplar nº 1, a redação do jornal *Academvs* funcionou na Avenida Ivo do Prado, 612, em Aracaju, no mesmo prédio da Faculdade de Direito de Sergipe, possivelmente, no espaço destinado ao Centro Acadêmico Sílvio Romero, que teve uma sala e mobiliário cedido pelo então diretor Gonçalo Rollemberg Leite.

Não tendo o jornal fins lucrativos e, considerando ser a maioria dos estudantes de poucas posses, como afirmou Gonçalo Rollemberg Leite em seu último artigo publicado na Revista da Faculdade de

Direito de Sergipe⁴², fato esse corroborado pelo Centro Acadêmico ao explicitar “Devido ao elevado preço dos livros, torna-se o estudo difícil para muitos, a maioria dos estudantes é composta por jovens pobres que luta pela vida, para vencê-la com dificuldade”⁴³, como explicar o fato do *Academvs* haver circulado por tantos anos? Ao que tudo indica, a escassez de recursos foi superada mediante a adoção de várias táticas que possibilitaram a publicação e circulação do impresso estudantil⁴⁴.

A primeira dessas táticas foi o patrocínio por intermédio de propaganda, o que ocorreu nas edições relativas aos anos de 1951, 1952 e 1955. Nelas surge a consignação dos nomes de diversas empresas, nos mais distintos ramos: comércio, indústria e serviços, dentre outros.⁴⁵

Outra tática foi o estabelecimento de campanhas em favor do *Academvs*, conforme acentuado no seguinte excerto do referido impresso:

O Centro Acadêmico Sílvio Romero, no intuito de bem servir a seus associados e difundir a cultura achou por bem de fundar seu órgão publicitário que se denomina *Academvs*. Acontece, porém, que devido às condições financeiras do centro, visto se tratar de entidade nova, lançou mão de um apelo a todos os Professores da Faculdade de Direito, solicitando uma contribuição material a fim de que tiragem de nosso jornal não sofresse solução de continuidade. Felizmente

⁴² “[...] Num meio paupérrimo, diplomamos mais de duzentos bacharéis, a maioria dos quais não teria possibilidade de fazer curso superior, não fosse a criação da Faculdade de Direito de Sergipe [...]” Cf. LEITE, Gonçalo Rollemberg. O ensino do direito. Revista da Faculdade de Direito de Sergipe. Anos 1968-1969, nº 13. Aracaju-Sergipe: Livraria Regina, p. 141.

⁴³ *Academvs*, Op. Cit. nº 4, 1952, p. 8.

⁴⁴ Além das dificuldades financeiras vivenciadas pelos acadêmicos, a ideia de um jornal parece não ter sido compartilhada por todos, como se depreende do próprio texto que lançou o jornal “Este jornal, após debates e proveitosas discussões entre os acadêmicos que se compõe o nosso “Centro” recebeu o nome de *Academvs* [...] contrariamente a muitas manifestações dos céticos, dos que jamais poderiam crer na frutificação da sementeira que aí está à vista de todos”. *Academvs*, 1951, Op. Cit. capa.

⁴⁵ Um estudo mais aprofundado poderá indicar se havia algum tipo de relação de parentesco ou hierárquico trabalhista entre os acadêmicos e os proprietários das empresas patrocinadoras.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011

o nosso apelo já encontrou ressonância no corpo docente da nossa Faculdade, eis que acabamos de receber de nossos Mestres Manoel Ribeiro e Mário Cabral a quantia de [...]⁴⁶

O jornal também divulgava imagens dos estudantes junto à autoridades locais, criando um vínculo não só com os poderes constituídos, assim como, com a imprensa local. Por fim, tendo recebido o Centro Acadêmico Sílvio Romero subvenção federal, por meio de valores consignados no orçamento da própria Faculdade de Direito, é possível que o jornal também recebesse parte desse valor para arcar com os custos de sua publicação.

O local de impressão do jornal, inclusive, na análise dos exemplares constantes dos acervos pesquisados, não fica claro. Ora há o surgimento da Gráfica Editora, de F. Soares do Nascimento (livraria – papelaria – tipografia), ora da Livraria Regina, que na realidade atuava como uma espécie de tipografia editorial onde a intelectualidade sergipana realizava a publicação de suas obras e, por fim, da Livraria Monteiro. Todas as empresas eram estabelecidas na Rua João Pessoa, no centro de Aracaju. Assim, não foi possível estabelecer uma nítida distinção entre o surgimento dos nomes enquanto patrocínio ou local de impressão do *Academvs*.

Quanto à circulação do impresso, pode-se verificar a preocupação dos acadêmicos em que o jornal fosse recebido e integrasse o acervo de entidades compostas pelos intelectuais mais renomados de Sergipe. O campo acadêmico jurídico precisava se conformar e se afirmar. Os acadêmicos precisavam que sua produção intelectual fosse reconhecida em diversos espaços sociais.

Vários exemplares enviados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe possuíam inscrições realizadas por acadêmicos em Direito ligados ao Centro Acadêmico. Tal procedimento criou uma aproximação de dois elementos relacionados a práticas de leituras e à circulação de livros, que também podem ser aplicados a outros tipos de impressos: as marcas de leitura e as marcas do tempo.

⁴⁶ *Academvs*. Op. Cit. n.º 3, p. 2, 1952.

Segundo Cunha⁴⁷, estas são marcas encontradas usualmente quando os impressos, especialmente livros, passam a integrar um determinado acervo em uma biblioteca. Dentre as marcas de leitura estão objetos: relíquias (folhas, bilhetes) deixadas dentro dos livros por leitores; dedicatórias, anotações e observações à beira das páginas dos livros, também conhecidas como “marginálias”. Como marcas do tempo, destacam-se a alteração na cor e na textura das páginas de um livro e manchas de tinta, fruto das relações e inter-relações havidas no processo de circulação dos livros e impressos.

Na imagem a seguir é possível vislumbrar parte do exemplar nº 16, contendo a mensagem de envio do impresso. Nele há a inscrição: “Ao [sem condições de leitura] escritor Sr. Epifânio Doria. Sinceramente, Pedro Iroito Doria Leó. Academia dos Simples, 22 de outubro de 1957. Aju – Se”⁴⁸, que se caracteriza como uma espécie de marginalia. Além disso, encontra-se bem visível a marca do tempo sobre o exemplar, na forma de fortes pontos amarelados, decorrentes dos mais de 50 anos da publicação do jornal.

Envio de impresso

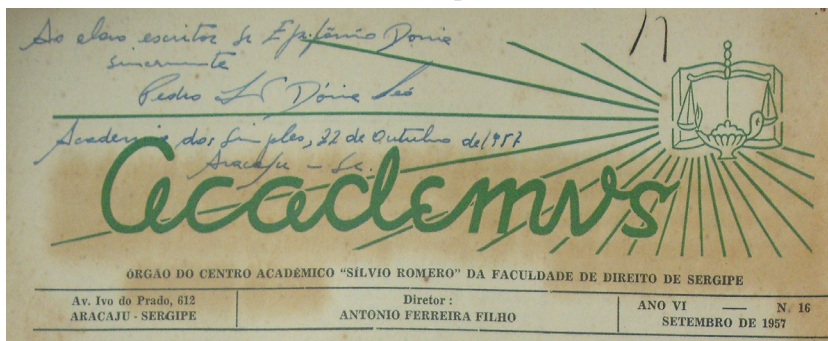


Imagem 3 – Marcas de tempo e de leitura (marginálias)

Fonte: jornal Academvs nº 16, 1957, capa. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

⁴⁷ CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). Uma biblioteca anotada: caminhos do leitor no acervo de livros escolares do Museu da Escola Catarinense (Décadas de 20 a 60) / século XX) Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina: UDESC, 2009.

⁴⁸ Academvs, Op. Cit. nº 16, 1957, p. 1.

REPRESENTAÇÕES ACERCA DA FACULDADE DE DIREITO, SUA ADMINISTRAÇÃO E SEUS MÉTODOS DE ENSINO

Uma vez constituída em 1950, desde o início de suas atividades a Faculdade de Direito de Sergipe teve como endereço a Avenida Ivo do Prado, 612, em Aracaju, prédio onde anteriormente funcionara o Grupo Escolar Barão de Maroim⁴⁹. O imóvel doado à Faculdade pelo Governo do Estado de Sergipe, por intermédio da Lei n°. 242 de 19.05.1950 foi legalmente a ela transferido por intermédio do Decreto n°. 204 de 1950.

A característica mais marcante do prédio do antigo grupo escolar era a “monumentalidade” como afirma Santos⁵⁰, traço que continha em seu bojo o ideário republicano que justificou a criação do modelo dos grupos escolares, representado na demonstração da preocupação do Estado com a educação, oferecida em um espaço concebido especificamente para esse fim, objetivando, dentre outras finalidades, propiciar economia de tempo, a vigilância e educação dos alunos a partir de práticas vinculadas ao higienismo⁵¹ e à cultura cívica⁵².

A visão monumental do imóvel parece também ter feito parte das representações estudantis, que assim declararam no jornal veiculado pelo Centro Acadêmico Sílvia Romero:

A Faculdade de Direito tem merecido, quanto à sua localização, ao prédio em que se encontra instalada, os melhores e os mais

⁴⁹ O Grupo Escolar foi construído sobre as ruínas do antigo “Asylo Nossa Senhora da Pureza”, instituído em 1874 por personalidades sergipanas, dentre elas João Gomes de Mello, o Barão de Maroim, e funcionou até 1891. A causa para o fim de suas atividades foi a escassez de recursos para sua manutenção. Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O grupo escolar Barão de maruim. In: Revista Cadernos UFS – História da Educação. Vol. VII. Fascículo I, 2005, p.81.

⁵⁰ Como detalha Santos, a monumentalidade do prédio do Grupo Escolar Barão de Maruim encarnava diversos símbolos “[...] Esses elementos simbólicos também estavam presentes na fachada [...] Nela, havia seis colunas jônicas e três escadas [...] se constitui, também, em uma das principais e mais bonitas construções da cidade de Aracaju na primeira metade do século XX. [...]” SANTOS, M. F. J. Op. Cit. p. 86.

⁵¹ ACADEMVS. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Sílvia Romero”, Ano I, n° 1, setembro de 1951, capa. Acervo da Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

⁵² Ao tratar do Grupo Escolar Barão de Maroim, Santos informa que nele uma das formas de se desenvolver a cultura cívica, ao lado das práticas de educação física, se situavam as aulas que enfatizavam o conceito de Deus, pátria, família, sociedade e Estado. Cf. SANTOS, M. F. J. Op. Cit. p. 86.

justos comentários de todos aqueles que possuem autoridade e conhecimentos técnicos sobre o assunto. [...] Prédio amplo, salões espaçosos, ventilação farta, grande área livre, tanto à frente, como dos lados e aos fundos. Estamos, nós acadêmicos de direito num ambiente confortável e à altura [sem condições de leitura] Faculdade. Localizada no elegante bloco residencial que dá à Avenida Ivo do Prado o “tom” de ser a melhor zona da Capital, nossa faculdade ostenta o aspecto nobre que de fato possui e se destaca pela grandeza arquitetônica, pela sua linha de construção moderna.⁵³

Percebe-se nas frases da citação acima, que a portentosidade do prédio construído no início do século XX, ainda produzia seus efeitos 30 anos depois.

No dia 5 de março desse mesmo ano, foi eleita a primeira diretoria que teve como Diretor o professor Otávio de Souza Leite, como Vice-Diretor o professor Gonçalo Rollemberg Leite e como Conselheiros os professores Enoch Santiago, Manuel Ribeiro, Armando Leite Rollemberg e Afonso Moreira Temporal. Para atuar junto à Faculdade como Inspetor Federal, foi designado, em 21 de fevereiro de 1951, o Dr. Aristides Accioly Correia Lima.

Em 1953, em razão de problemas de saúde, falece Octávio Leite, assumindo a Faculdade de Direito, após eleição procedida pela Congregação, o professor Gonçalo Rollemberg Leite, que será conduzido sucessivamente ao cargo até o final da década de 1960. Em 1970, o referido professor afasta-se do cargo, possivelmente em função de problemas de saúde.

A administração da Faculdade de Direito será objeto de diferentes representações por parte de estudantes e professores. Fragmentos muitas vezes díspares são encontrados em diversos depoimentos e citações que revelam diferentes olhares incrustados em um extenso lapso temporal e em diferentes relações mantidas entre alunos, professores e autoridades locais.

Quando do afastamento do Professor Otávio Leite, por problemas

⁵³ ACADEMVS. Op. Cit. n.º 1, 1951.

de saúde, foram enviados os seguintes votos ao seu substituto “Academvs fica confiante, pois vê no Dr. Gonçalo um dos maiores animadores da obra da Faculdade de Direito”⁵⁴.

No calor das exéquias do Professor Otávio Leite, a manchete do informativo foi: “Um exemplo de bondade e trabalho”. No interior do jornal, diversas opiniões de professores e acadêmicos da Faculdade, como as dos docentes Manoel Cabral Machado e Gonçalo Rollemberg Leite, e dos acadêmicos: Curt Vieira, Maria da Conceição Cardoso Ribeiro e Luiz Bispo.

Mas as opiniões expressas não davam conta apenas de um relacionamento pacífico com a Congregação. Esse foi o caso do aumento dos valores pagos com taxas e matrículas na Faculdade de Direito, inicialmente constituída enquanto sociedade particular, oportunidade em que o Academvs assim se posicionou:

Entretanto, qual não foi a surpresa dos alunos quando este ano além do aumento da taxa do vestibular, foi aumentada a taxa de matrícula [...] Fala-se de um novo aumento para os mestres [...] Mau, mau. Com dois anos de fundada e com aumentos sucessivos [...] Que todos nos sacrifiquemos – Professores e alunos. Mas puxar só dos alunos pode ser direito, mas não é justo. [...] ⁵⁵.

A tendência de o jornal assumir um posicionamento reivindicatório discente manteve-se presente durante toda a existência do Academvs, vivenciando momentos de maior e menor intensidade. Nos anos de 1961 e 1962, essa tendência estará relacionada ao questionamento da propriedade do Curso oferecido pela Faculdade, do método utilizado pelos mestres, do exame vestibular.

Uma pesquisa, por intermédio de votação secreta realizada no dia 16 de maio de 1961, cujos resultados apurados pelo Centro Acadêmico Sílvio Romero foram publicados na página 12 do Academvs nº 22,

⁵⁴ ACADEMVS, Op. Cit. nº 2, 1952, p. 2

⁵⁵ ACADEMVS, Op. Cit. nº 4, 1952, p. 8.

revelou que 64% dos respondentes consideravam que a direção da Faculdade, não tinha interesse em solucionar os problemas dos estudantes, atendendo às suas reivindicações e reclamos. 80% dos votantes consideravam que deveria haver participação discente no Conselho Técnico Administrativo da faculdade e 80% responderam que o ensino ministrado na faculdade não era suficiente para enfrentar a vida prática. São posicionamentos contundentes e esta tendência de descontentamento se refletiu em quase todo o formulário composto por cerca de 20 perguntas, contrariando a euforia dos anos iniciais.

Tal irresignação pode ter se baseado em fatos reais ou ter sido gerada pelo momento em que a juventude experimentava uma época de realização de francos protestos sociais, sendo necessário um maior aprofundamento nessa questão.

Os docentes mesmo ocupando outro patamar na estrutura organizacional, colaboraram frequentemente com o impresso, trazendo à discussão temas complexos ou ainda inovadores. Dentre os colaboradores, destaca-se a assídua contribuição do professor Luiz Pereira de Melo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim da visão totalizante de História e a decorrente ampliação das práticas historiográficas, a Nova História Cultural, herdeira do pensamento das três gerações da Escola dos *Annales*, trouxe a possibilidade da utilização do aporte de outras Ciências Humanas e Sociais, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, o que resultou na ampliação das abordagens, fontes e objetos de estudo.

No âmbito da História da Educação tal perspectiva resultou, inclusive, na expansão dos limites de utilização dos impressos, não só como instrumentos didáticos ou peças de administração escolar, mas, para considerá-los como fonte de pesquisa que possibilita a compreensão da cultura das instituições de ensino.

As representações dos discentes contidas no jornal *Academvs* possibilitam o entendimento da cultura acadêmica construída naquela

instituição de ensino superior, demonstrando ritos e símbolos próprios daquela faculdade, além de suas práticas formativas e rede de sociabilidade mantida.

A compreensão do processo cultural ocorrido durante os quase vinte anos de existência da Faculdade de Direito, retratado na primeira década pelo jornal estudantil *Academvs*, somente se torna possível em face dos exemplares disponíveis em acervos públicos e particulares, dentre eles o do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

O periódico era uma edição do Centro Acadêmico Silvio Romero e seus editores escolhidos entre os membros eleitos do referido centro estudantil. Não havia uma estruturação fixa de colunas ou seções, mas, a recorrência da abordagem de determinados assuntos, que variaram do registro dos ritos e solenidades acadêmicos, ao posicionamento político mais ácido.

O jornal possuiu duas logomarcas distintas, que representaram na linha do tempo os ideais dos acadêmicos em Direito. Em um primeiro momento, essa característica simbólica relacionava-se às academias gregas, em especial, a fundada por Platão e, em um segundo movimento, passou a encarnar as luzes irradiadoras da cultura jurídica, numa nítida aproximação com as luzes antevistas pelos ideais iluministas, irradiadoras de cultura jurídica.

Apesar de haver sido editado no seio de uma comunidade acadêmica sem muitos recursos, o *Academvs* sobreviveu por mais de dez anos graças a uma série de táticas para sua sustentação e circulação, que incluíram a utilização de patrocínios por meio de propagandas, o pedido de doação de docentes da faculdade de Direito, além de envio do impresso a diversas instituições compostas por intelectuais sergipanos.

As relações e interações apresentadas no jornal nem sempre foram pacíficas, tendo revelado situações de crise entre acadêmicos e a Congregação da faculdade, muita embora todas as referências fossem pautadas por extremo respeito.

Enfim, o trabalho envidado possibilitou asseverar a importância do jornal *Academvs* enquanto fonte essencial para a compreensão da história do ensino jurídico e da Faculdade de Direito de Sergipe.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMVS. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Sílvia Romero”, nº 1 a 11 e 13 a 21. 1951-1960. Acervo: Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Sergipe.

ACADEMVS. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Sílvia Romero”, nº 22 e 23. 1961-1962. Acervo: Hemeroteca da Biblioteca pública Epifêno Dórea. Aracaju: Sergipe.

ARAÚJO, Acrísio Torres. Imprensa em Sergipe. Brasília, 1993.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção – Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BURKE, Peter. A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989). 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. A beira da falésia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. A História ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CRUZ, José Vieira. Por uma História Social dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 40. Aracaju-SE: IGHS, 2010 (Dossiê Sergipe nos Programas de Pós-Graduação no Brasil).

CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. Revista Litteraria do Gabinete de Maroim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2006 (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). Uma biblioteca anotada: caminhos do leitor no acervo de livros escolares do Museu da Escola Catarinense (Décadas de 20 a 60) / século XX) Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina: UDESC, 2009.

DANTAS, José Ibarê. História de Sergipe: República (1889 – 2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, Maria José. Revista “Cidade Nova” e as propostas de educação”

São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2008 (Dissertação de Mestrado).

FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE. *Academvs*. Órgão Oficial do Centro Acadêmico “Sílvio Romero”. Ano I, nº 1 a Ano 12, nº 23. Aracaju-Sergipe [s.ed].

GUARANÁ, Armindo. “Jornaes, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo especial, vol 1, parte 2, 1908. p.776-813.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Gonçalo Rollemberg. O ensino do direito. In. Revista da Faculdade de Direito de Sergipe. Anos 1968-1969, nº 13. Aracaju-Sergipe: Livraria Regina, p. 130 a 156.

LEITE, Gonçalo Rollemberg. O direito em Sergipe. In. Revista da Faculdade de Direito de Sergipe. Ano I, nº 1, 1953. Aracaju-Sergipe: Livraria Regina

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

LIMA, Maria do Socorro. República, Política e Direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921). São Cristóvão: UFS, 2009. Dissertação de Mestrado em Educação.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. XAVIER, Libânia Nacif.

Impressos e História da Educação: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MANGUEIRA, Wellington Marques. Entrevista concedida a Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira em 10 de fevereiro de 2011. Aracaju-Sergipe.

MELINS, Murillo, Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50. 3. ed. amp. e rev. Aracaju: UNIT, 2007., p.148.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas. Revista Horizontes. Bragança Paulista: EDUSF, vol.19, jan./dez. 2001. p. 11-27.

NÓVOA, Antonio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório Português. In: CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria helena Câmara (orgs). Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

OLIVEIRA, Marcia T. J. Ensino Jurídico: gênese e metamorfose da Faculdade de Direito de Sergipe (1950 – 1970). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2008 (Monografia de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior).

ORTIZ, Renato (org). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho D'água, 2003.

RAMOS, Antônio da Conceição. Movimento Estudantil: A JUC em Sergipe (1958-1964). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2000 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Ana Luzia. Educação na Imprensa Católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2006 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SANTOS, Geane Corrêa dos. Imprensa e Educação: A Difusão das Práticas Escolares no Jornal Gazeta Socialista (1948-1958). São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2009 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *O grupo escolar Barão de Maroim*.

Revista do IHGSE, n. 41, 2011

IN: Revista Cadernos UFS – História da Educação. Vol. VII. Fascículo I, 2005. p.79-90.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) Por uma história política. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SOUZA, Cristiane Vitório. “Os impressos sobre a Educação em Sergipe (1889-1930)”. In: Cadernos UFS – História da Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, vol. 5, 2003. p. 35-49.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. *O Necydalus: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911)*. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2009 (Dissertação de Mestrado em Educação).

Artigo recebido em junho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.